



GE Boa Vista S.A.

CNPJ nº 12.723.413/0001-83

Subsidiária Integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1

São Bento do Norte – RN

CEP 59.590-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 CONTEXTO OPERACIONAL	11
2 BASE DE PREPARAÇÃO	11
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
5 CLIENTES	18
6 PARTES RELACIONADAS	19
7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
8 IMOBILIZADO	20
9 FORNECEDORES	20
10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	20
11 PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES	22
12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
13 OUTRAS CONTAS A PAGAR	23
14 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23
15 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	24
16 RESULTADO FINANCEIRO	24
17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	26
19 SEGUROS	30
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	31
PARECER DO CONSELHO FISCAL	34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A administração da GE Boa Vista S.A. (GE Boa Vista ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A GE Boa Vista tem o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada	Garantia Física (MW)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação	Vencimento de Outorga
Boa Vista	14,0	5,2	36,60	288,40	25.02.2015	28.04.2046

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2022.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2022.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2022	2021	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	61.940	58.931	5,1
Caixa e equivalentes de caixa	7.830	1.729	352,9
Títulos e valores mobiliários	2.696	2.245	20,1
Dívida total	22.096	24.818	(11,0)
Dívida líquida	11.570	20.844	(44,5)
Receita operacional bruta	10.844	12.240	(11,4)
Deduções da receita	(1.628)	(1.795)	(9,3)
Receita operacional líquida (ROL)	9.216	10.445	(11,8)
Custos e despesas operacionais	(6.112)	(6.913)	11,6
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	3.104	3.532	(12,1)
Ebitda ou Lajida	5.520	6.008	(8,1)
Resultado financeiro	(894)	(1.288)	30,6
IRPJ/CSLL	(813)	(586)	38,7
Lucro operacional	2.210	2.244	(1,5)
Lucro líquido do exercício	1.397	1.658	(15,7)
Patrimônio líquido	26.401	25.336	4,2
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,7	0,9	(22,2)
Liquidez geral (índice)	0,8	0,7	14,3
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	59,9	57,5	4,2
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	83,7	98,0	(14,6)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	24,0	21,5	11,6
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	15,2	15,9	(4,4)
Participação de capital de terceiros (%)	57,4	57,0	0,7
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	5,5	6,4	(14,1)

⁽¹⁾ $LL \div (PL \text{ inicial})$

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 11 de abril de 2023

Marcio Raphael Ploszaj

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO LUIS BLOOT
Membros DAIANE MEDINO WOTKOSKI
ELOIR JOAKINSON JUNIOR
JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR
MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ITAMAR PINTO PAZ
Membros Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA
LUIZ HENRIQUE DE MELLO
WALTER GUANDALINI JUNIOR
Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE
FABIANO LUFT CHUDZIKIEWICZ
FELIPE SANTOS RIBAS

DIRETORIA

Diretor Executivo MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-058084/O-0 MICHAEL LUIZ DE SOUZA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.830	1.729
Clientes	5	1.227	1.144
Imposto de renda e contribuição social		240	45
Despesas antecipadas		196	191
Partes relacionadas	6	377	6.088
		9.870	9.197
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	2.696	2.245
Outros tributos a recuperar		1	-
Partes relacionadas	6	16.802	12.502
		19.499	14.747
Imobilizado	8	32.571	34.987
		52.070	49.734
TOTAL DO ATIVO		61.940	58.931

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais
 em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021
 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	52	74
Fornecedores	9	517	319
Imposto de renda e contribuição social		57	163
Outras obrigações fiscais		172	96
Empréstimos e financiamentos	10	2.982	2.963
Dividendos a pagar	6	725	393
Outras contas a pagar	13	9.009	6.280
		13.514	10.288
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		43	7
Empréstimos e financiamentos	10	19.114	21.855
Outras contas a pagar	13	2.868	1.445
		22.025	23.307
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.1	23.911	23.911
Reserva legal	12.2	163	93
Reserva de retenção de lucros	12.2	1.332	1.332
Dividendo adicional proposto	12.3	995	-
		26.401	25.336
TOTAL DO PASSIVO		61.940	58.931

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	9.216	10.445
Custos Operacionais	15	(5.830)	(6.608)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		3.386	3.837
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(234)	(255)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(48)	(50)
		(282)	(305)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		3.104	3.532
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		1.207	542
Despesas financeiras		(2.101)	(1.830)
		(894)	(1.288)
LUCRO OPERACIONAL		2.210	2.244
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17		
Imposto de renda e contribuição social		(777)	(780)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(36)	194
		(813)	(586)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.397	1.658
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	12.4	0,05843	0,06693

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021
 em milhares de reais

	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.397	1.658
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.397	1.658

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2021		25.647	11	152	-	-	25.810
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.657	1.657
Redução de capital		(1.736)	-	-	-	-	(1.736)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	12.2	-	82	-	-	(82)	-
Dividendos	12.3	-	-	-	-	(395)	(395)
Reserva de retenção de lucros	12.2	-	-	1.180	-	(1.180)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		23.911	93	1.332	-	-	25.336
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.397	1.397
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	12.2	-	70	-	-	(70)	-
Dividendos	12.3	-	-	-	-	(332)	(332)
Dividendos adicional proposto	12.3	-	-	-	995	(995)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		23.911	163	1.332	995	-	26.401

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		1.397	1.658
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		1.295	1.618
Imposto de renda e contribuição social	17	777	780
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	36	(194)
Depreciação	8	2.416	2.476
		5.921	6.338
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(83)	1.265
Imposto de renda e contribuição social		(195)	47
Outros tributos a recuperar		115	-
Despesas antecipadas		(5)	31
Partes relacionadas		(4.300)	(3.477)
		(4.468)	(2.134)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(22)	(1)
Fornecedores		198	-
Outras obrigações fiscais		76	(59)
Outras contas a pagar		4.152	1.587
		4.404	1.527
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5.857	5.731
Imposto de renda e contribuição social pagos		(883)	(762)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(1.929)	(1.831)
Encargos de empréstimos concedidos a partes relacionadas recebidos		897	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		3.942	3.138
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(451)	(82)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(5.500)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		5.500	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		5.049	(5.582)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(2.890)	(2.882)
Dividendos pagos		-	(52)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.890)	(2.934)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.101	(5.378)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.729	7.107
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.830	1.729
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.101	(5.378)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021 em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A GE Boa Vista S.A. (GE Boa Vista ou Companhia) com sede na Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1, 59.590-000, São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (Controladora) que possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Dreen Boa Vista, por meio da Portaria MME nº 276/2011. A Companhia possui 5,7 MW médios comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com vencimento em 31.12.2032. Outros dados operacionais estão apresentados no Relatório da Administração.

2 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11.04.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.3 e 5 – Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidas;
- NEs nºs 3.3 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NE nºs 3.4 e 11 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NEs nºs 3.7 e 17 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional, apesar do capital circulante líquido negativo em 31.12.2022 que decorre principalmente de saldos de Outras Contas a Pagar (Provisão de não performance) e Empréstimos e Financiamentos, a Companhia conta com o suporte financeiro da Copel GeT e, portanto, não prejudicando a capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

GE Boa Vista S.A.**3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a Companhia.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

GE Boa Vista S.A.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

GE Boa Vista S.A.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	748	1.281
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.082	448
	7.830	1.729

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 96,0% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	31.12.2022	31.12.2021
Contratos regulados	1.189	1.189	1.120
CCEE	38	38	24
	1.227	1.227	1.144

Em 31.12.2022, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6 Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladores								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	30	-	4	-	-	-	-
Copel GeT								
Mútuo (d)	-	5.711	-	-	719	188	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	38	45	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(8)	(6)
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.								
Dívidenos	-	-	725	394	-	-	-	-
Contrato BNDES (b)	17.179	12.829	-	-	-	-	-	-
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	20	3	3	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	11	21	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	(326)
FDA Geração de Energia S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(348)	-
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais (NE nº 15)	-	-	-	-	-	-	(18)	(22)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	-	(1)

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 10).
- c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.
- d) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A. (mutuantes) e Copel Geração e Transmissão S.A. (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O valor foi quitado em 28.11.2022.

7 Títulos e Valores Mobiliários

O prazo desses títulos varia de 26 a 54 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	2.626	2.216
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96,3% a 98,3% do CDI	70	29
	Não circulante	2.696	2.245

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

GE Boa Vista S.A.

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o BNDES (NE nº 10) e os CDBs são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.

8 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	48.541	(15.970)	32.571	48.541	(13.554)	34.987
	48.541	(15.970)	32.571	48.541	(13.554)	34.987

	Saldo em 1º.01.2021	Depreciação (a)	Saldo em 31.12.2021	Depreciação (a)	Saldo em 31.12.2022
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	39.199	(2.476)	34.987	(2.416)	32.571
	39.199	(2.476)	34.987	(2.416)	32.571

(a) Taxa média de depreciação de 5,01% (5,01% em 2021).

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2022 e 2021.

9 Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	435	282
Encargos de uso da rede elétrica	82	37
Circulante	517	319

10 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
BNDES								
11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	22.096	24.818
							22.096	24.818
							Circulante	2.982
							Não circulante	19.114
								2.963
								21.855

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.

Garantias: Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

GE Boa Vista S.A.
10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2024	2.903
2025	2.903
2026	2.903
2027	2.903
2028	2.903
Após 2028	4.599
	19.114

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Total
Em 1º.01.2021	27.701
Encargos	1.830
Amortização - principal	(2.882)
Pagamento - encargos	(1.831)
Em 31.12.2021	24.818
Encargos	1.926
Varição monetária e cambial	171
Amortização - principal	(2.890)
Pagamento - encargos	(1.929)
Em 31.12.2022	22.096

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

A Companhia tem expectativa de que todos os indicadores financeiros, medidos anualmente, sejam cumpridos em 2023.

Empresa	Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Límite
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

11 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais de natureza fiscal, porém, na avaliação de seus assessores legais, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2022, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R\$ 10.017 (R\$ 8.874 em 31.12.2021), são de natureza tributária decorrente de exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022 monta a R\$ 23.911 (R\$ 23.911, em 31.12.2021), composto por 23.911.989 ações ordinárias pertencentes a Copel GeT.

12.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

12.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	1.397	1.658
Reserva legal (5%)	(70)	(82)
	1.327	1.576
Dividendos propostos		
Dividendos	332	395
Dividendo adicional proposto	995	-
	1.327	395
Valor do dividendo por ação	0,000055	0,000017

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

GE Boa Vista S.A.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

12.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

7	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro Líquido do Exercício	1.397	1.658
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	23.910.989	24.773.998
Resultado líquido do período básico e diluído por ação		
Resultado por ação ordinária	0,05843	0,06693

13 Outras Contas a Pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão de não performance de geração de energia (18.2.4)	11.866	7.714
Outras contas a pagar	11	11
	11.877	7.725
	Circulante	6.280
	Não circulante	1.445

14 Receita Operacional Líquida

	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) e Bilaterais	14.654	13.499
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	342	322
(-) Provisão/reversão de provisão para não performance de geração	(4.152)	(1.581)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(506)	(456)
(-) ICMS Substituição Tributária	(1.122)	(1.339)
	9.216	10.445

15 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2022	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(353)	-	-	(353)	(333)	-	-	(333)
Encargos de uso da rede elétrica	(658)	-	-	(658)	(425)	-	-	(425)
Pessoal e administradores	-	(163)	-	(163)	-	(224)	-	(224)
Planos previdenciário e assistencial	-	(17)	-	(17)	-	(14)	-	(14)
Material	(3)	-	-	(3)	1	-	-	1
Serviços de terceiros	(1.672)	(63)	-	(1.735)	(2.636)	(7)	-	(2.643)
Depreciação e amortização	(2.416)	-	-	(2.416)	(2.476)	-	-	(2.476)
Arrendamento e aluguéis	(266)	-	-	(266)	(221)	(3)	-	(224)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(462)	9	(48)	(502)	(518)	(7)	(50)	(576)
	(5.830)	(234)	(48)	(6.113)	(6.608)	(255)	(50)	(6.914)

15.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Boa Vista	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2022
Arrendamento de terrenos	209	886	2.966	4.061

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

16 Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	460	228
Juros sobre mútuo (NE nº 6)	719	188
Juros sobre liquidações na CCEE	-	122
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	4
Outras receitas financeiras	28	-
	1.207	542
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	1.926	1.830
Outras despesas financeiras	175	-
	2.101	1.830
Líquido	(894)	(1.288)

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	14.654	14.654	13.499	13.499
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	342	342	322	322
ICMS Substituição tributária	(1.122)	(1.122)	-	-
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.110	1.665	1.106	1.659
Receita Financeira	1.207	1.207	542	542
(-) Receita Financeira Provisionada	(105)	(105)	571	571
Base de cálculo Receita Financeira	1.102	1.102	1.113	1.113
(=) Base de cálculo	2.212	2.767	2.219	2.772
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	528	249	531	249
Receita Financeira Provisionada	105	105	(571)	(571)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	9	(143)	(51)

18 Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE		31.12.2022		31.12.2021	
	nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	7.830	7.830	7.107	7.107
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	2.696	2.696	2.163	2.163
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		1.227	1.227	2.409	2.409
Mútuo (a)			-	-	5.711	5.711
Total dos ativos financeiros			11.753	11.753	17.390	17.390
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)			517	517	319	319
Empréstimos e financiamentos (c)	11		22.096	23.095	24.818	25.868
Total dos passivos financeiros			22.613	23.612	25.137	26.187

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Copel, CDI + *spread* de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

GE Boa Vista S.A.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	7.830	1.729
Títulos e valores mobiliários (a)	2.696	2.245
Clientes (b)	1.227	1.144
Mútuo (c)	-	5.711
	11.753	10.829

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.
- c) Risco reduzido tendo em vista que se trata de mútuo com a Copel GeT, Controladora, com quitação realizada em 2022.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo.

	NE	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2022							
Empréstimos e financiamentos	10	345	815	3.662	16.323	8.160	29.305
Fornecedores	9	517	-	-	-	-	517
		862	815	3.662	16.323	8.160	29.822

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 12,5% e TJLP: 7,05%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

GE Boa Vista S.A.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2022	Cenários Projetados - dez/2022		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa Selic	2.696	337	253	169
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(22.096)	(1.558)	(1.948)	(2.337)

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo da provisão registrado no passivo referente a não performance poderá ser compensado com uma maior produção futura, medida dentro do ciclo contratual anual e/ou quadrienal.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	22.096	24.818
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7.830	1.729
(-) Títulos e valores mobiliários	2.696	2.245
Dívida líquida	11.570	20.844
Patrimônio líquido	26.401	25.336
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,44	0,82

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da Vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443
Riscos Operacionais	27.06.2023	73.141
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2024	30.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2023	9.464
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2023	82

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R\$ 5,2177.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
GE Boa Vista S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GE Boa Vista S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GE Boa Vista S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA
ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO
EXERCÍCIO DE 2022 E A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO
LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022**

Os membros do Conselho Fiscal da GE Boa Vista S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 11 de abril de 2023

(assinado eletronicamente)

ITAMAR PINTO PAZ

Presidente

(assinado eletronicamente)

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)

WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

